

Folha de S. Paulo

26/5/1985

O trabalhador rural e o exemplo de Guariba

Vidor Jorge Faita

A monocultura canavieira permitiu que a história das relações de trabalho regredissem pelo menos cinquenta anos no Brasil. Enquanto nas cidades a classe trabalhadora discute a necessidade de reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais, os trabalhadores do campo chegam a trabalhar mais de 70 horas semanais durante a safra para ficarem depois três a quatro meses parados e sem receber qualquer salário. Igualmente, a fixação de um contrato anual, com reajustes trimestrais de salários, acompanhando o reajuste trimestral da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool fixados pelo governo, é uma questão de democracia e justiça social.

Os usineiros e plantadores de cana argumentam que não há possibilidade de atender às reivindicações dos trabalhadores pois as suas empresas estão em situação financeira difícil. Mas como então é possível explicar a expansão acelerada dos canaviais ano após ano? Em São Paulo, como um todo, a cana cresceu quase 8% ao ano em área da safra 1975/76 (início do Proálcool) até os dias de hoje, segundo as informações oficiais.

Atualmente os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento apresentam a área de cana no Estado em torno de 1,8 milhão de hectares; no entanto, há elementos para se afirmar que a área de cana já atinge de 2,2 milhões de hectares. Na área industrial o que se verifica são ampliações sobre ampliações de equipamentos, permitindo que as usinas e destilarias acumulem uma capacidade ociosa intencional declarada de quase 40%. Tal situação tem originado, pelo lado do campo, uma elevação violenta do preço das terras de boa qualidade, e, pelo lado industrial, ampliações sucessivas de capacidade instalada a cada duas ou três safras.

Os reflexos desta política são evidentes, mas não seria demais relacioná-los:

Em primeiro lugar, o preço da terra e a competição de culturas têm levado à liquidação da pequena propriedade policultora, transformando regiões estabilizadas do ponto de vista social e agrícola em um verdadeiro mar de cana. Segundo ainda a Secretaria da Agricultura, durante o período 1969/80, no Estado de São Paulo 189 mil hectares de milho, 100 mil hectares de arroz, 23 mil hectares de mandioca, entre outras culturas alimentares, cederam lugar para a cana-de-açúcar. Este movimento, sem dúvida alguma tem contribuído para elevar o custo de vida da população e a concentração da propriedade da terra.

Em segundo lugar, a demanda por novos equipamentos e novas instalações foi financiada pelo governo a juros mais do que subsidiados, o que indiretamente leva também a uma pressão inflacionária. Vou me amparar novamente nas estatísticas oficiais: os equipamentos industriais no início do Proálcool eram financiados a taxas nominais de 17% ao ano cobrindo entre 80% e 90% dos investimentos, o prazo máximo de financiamento era de doze anos com três anos de carência. Para a formação do canavial os juros nominais eram de 7% ao ano, com prazo de cinco anos, inclusive carência de dois anos. Mais tarde, em 1977 e 1978 estas taxas foram mudadas, mas muitas das vantagens permaneceram cobrando-se juros nominais nunca superiores a 30% ao ano e mantendo-se os prazos de carência nos mesmos níveis anteriores.

Hoje em dia o financiamento das novas destilarias obedece às disposições das linhas de crédito normais regulares, mas suponhamos que um empresário tenha tomado dinheiro do Proálcool em 1975 às taxas de juros apresentadas acima. Efetuando-se as operações

necessárias, poderíamos verificar que este empresário, ao final de 1984, teria ganho do governo 99,6% em termos reais, do empréstimo tomado. Isto quer dizer que ao final de dez anos de inflação estes empresários deveriam pagar apenas 0,4% do empréstimo. Como se não bastasse tal favorecimento, o Conselho Monetário Nacional em 31 de janeiro de 1985 perdoou parcialmente a dívida de alguns usineiros que tomaram justamente estes empréstimos.

Os escândalos no setor são constantes; o que não podemos admitir, portanto, é que se apresente estas empresas como em situação financeira apertada. Segundo o que pudemos apurar pelos dados do Instituto do Açúcar e do Alcool e pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, a mão-de-obra necessária para as operações agrícolas e de corte e carregamento incidem numa faixa de 16% a 25% do custo da cana-de-açúcar na esteira. Se tomarmos apenas o salário pago no corte da cana, este percentual cai para uma faixa de 8% a 10% do custo da cana, ou seja, muito menos do que é gasto em fertilizantes ou horas de máquinas nas propriedades. Verifica-se, portanto, que os gastos com a mão-de-obra na safra são uma pequena parcela do custo de produção da cana, sendo assim, totalmente falsa a afirmativa de que os aumentos reais dos salários não podem ser absorvidos pelos empresários.

Todos estes fatos nos levam a acreditar que o salário solicitado para o pagamento da tonelada de cana e o reajuste trimestral não são reivindicações descabidas. Fora do propósito e não querer dialogar, jogando o trabalhador rural para a única alternativa que lhe resta, que é a greve, e com isto forçando o governo a mais uma vez conceder benefícios espúrios a empresas que ainda têm muito a explicar para a justiça da Nova República.

(Primeiro Caderno — Página 24)